

ATA

Aos vinte e três dias do mês de novembro de ano de 2009 foi realizada a abertura da VIII Conferência Estadual de Assistência Social. A mesa de abertura desta solenidade foi composta pelos seguintes membros:

Governador (ou representante);
Representante do Ministério Público;
Representante do Tribunal de Justiça;
Presidente da Assembleia Legislativa;
Secretário do Trabalho, Emprego e Promoção Social;
Presidente do CEAS;
Presidente do CONSEA;
Presidente do CET;
Presidente do CEDI;
Representante do FOREAS;
Representante do COGEMAS;
Representante da Frente Parlamentar;
Deputados e Senadores;
CEDCA;
COEDE;
Conselho dos Direitos Humanos;
Representante de Usuários;
CNAS;
MDS;
NUCLEAS;

No primeiro momento do evento os participantes da mesa de abertura e a plenária foram convidados para a execução do hino nacional brasileiro. Após, a Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, a Sra. Denise Maria F. de Almeida saudou a todos os participantes e de modo especial os delegados representantes do segmento dos usuários da assistência social. Trouxe também para o conhecimento de todos o tema norteador desta Conferência: “ Participação e Controle Social do SUAS”, sendo este tema estabelecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Relatou: situações específicas de políticas públicas para a assistência social em âmbitos municipais, estaduais e nacional; resultados das pré-conferências e conferências regionais, bem

como o respectivo aproveitamento para a estadual; manifestou indignação em relação ao descaso do governo do estado do Paraná em relação a políticas da assistência social e ainda discorreu a respeito de prazos e cronogramas estabelecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social e mencionou que a realização da Conferência Estadual fora do prazo estipulado inviabiliza o envio de relatórios das propostas aprovadas na Conferência em prol de ações para o estado do Paraná, dito isso encerrou sua fala.

Posteriormente, tomou posse da palavra o Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, o deputado Sr. Nelson Garcia. Saudou a todas e todos presentes e falou sobre os avanços do Paraná em relação a assistência social, ressaltou de modo particular a autorização do governador para a construção de 110 CRAS no estado. Relatou ainda sobre a abertura de concursos públicos na área e também sobre as reformas que acontecerão na estrutura física dos escritórios regionais no próximo ano, com isso finalizou sua saudação.

Foi registrada a presença do Sr. Secretário especial do gabinete do governador de Estado, o Professor Carlos Moreira, que foi convidado a compor a mesa de abertura da solenidade.

Na sequência empossou-se da palavra a Sra. Jucimeri Isolda Silveira, Coordenadora da Política Estadual da Assistência Social do Estado do PR. e Presidente do Conselho Regional de Serviço Social (11ª região). Saudou aos componentes da mesa e também a plenária, de modo muito especial a todos os agentes que batalham pela ampliação dos direitos das políticas públicas no marco histórico pela implementação do SUAS no Brasil especialmente no estado do Paraná e, ainda, relacionou esta política ora mencionada com a democratização social e com a construção da esfera pública. Inicia uma fala sobre o coletivo de orientadores sociais que trabalham diariamente a serviço da justiça e da democratização das políticas.. Comemora a destinação de recursos financeiros para a assistência social em tempos de redução da arrecadação pública e finaliza enfatizando sobre o regimento que prevê a incorporação de propostas para a construção da política estadual e garante a participação efetiva na Conferência Nacional.

Após, toma posse da palavra o integrante Sr. José Roberto Zanki, por ora representante da Presidente do Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social, a Sra. Fernanda Vieira Richa. Cumprimentou a todos em nome da diretoria do CONGEMAS, em especial em nome da Sra. Presidente. Ressalta a importância da participação da instituição que representa na discussão de políticas públicas em prol da assistência social. Coloca sobre as parcerias institucionais na política que consolide a implementação do SUAS no Estado do Paraná e no Brasil, com isso encerra sua breve fala.

Posteriormente o Sr. José Cícero dos Santos, da região de Campo Mourão fala em nome dos usuários da assistência social. Saúda a todos e agradece em especial a presença dos usuários. Dirige a palavra ao Sr. Deputado e Secretário Nelson Garcia com o seguinte ditado: “ o

gato acuado arranha o dono”, compara-se ao 'gato' do dito popular e compara o Sr. Nelson Garcia ao 'dono', mediante isso desculpa-se pelos possíveis 'arranhões'. Coloca sobre as conquistas e também sobre os avanços que ainda se fazem necessários, principalmente para os usuários.

Faz-se o registro da presença da representante do Conselho Nacional de Assistência Social, a Sra. Edna Alegro que recebe as palmas da plenária e compõem a mesa.

Na sequência das falas se pronuncia o deputado, Sr. José Lemos, representante da frente parlamentar de assistência social. Cumprimenta a mesa nominada e a plenária e inicia sua fala comentando que é recente a sua participação nas reuniões da assistência social e que no corrente ano levou este debate para assembleia, obtendo apoio de outros deputados. Coloca que na união dos conselhos estaduais e regionais foi organizada uma audiência pública, na qual se produziram propostas, sendo uma delas a criação da frente parlamentar que já foi efetivada e já apresenta contribuições para o Estado. Discorre que atualmente está em discussão a questão orçamentária e que em prol disso os deputados angariam assinaturas para a conquista de mais recursos. Diz que em outros momentos o debate na assembleia se volta à construção de CRAS e CREAS em demais municípios com a finalidade de implementação do SUAS. Agradece o convite, se coloca à disposição e encerra sua fala.

É realizada a apresentação da Sra. Edna Alegro, do Conselho Nacional de Assistência Social, representante da presidente a Dra. Marcia Pinheiro. Que coloca sobre o esforço da participação do Conselho Nacional na Conferência Estadual, uma vez que esta aconteceu fora do prazo sugerido pela primeira instituição. A participação somente acontece pelo fato dos integrantes do Conselho Nacional entenderem a importância de uma Conferência Estadual. Fala que embora, as deliberações de Estado do PR. não possam estar inclusas no caderno de trabalhos da Conferência Nacional pela impossibilidade de tempo hábil, haverá um esforço para incluí-las nas discussões de âmbito nacional. Com isso encerra a sua fala.

Posteriormente o Sr. Senador da República Flávio Arns faz a sua saudação. Coloca sua satisfação em participar deste momento de reflexão e posicionamento sobre a realidade da assistência social. E fala incisivamente a respeito do orçamento que deve ser colocado como sinal visível e medidor do interesse público em realmente querer efetivar as políticas em prol dos cidadãos brasileiros. Parabeniza os presentes e se coloca à disposição para que em conjunto possam promover a cidadania.

Registra-se a fala do Sr. Secretário Especial da chefia de gabinete do Estado do PR., o Professor Carlos Moreira, que representou o Excelentíssimo Governador do Estado do PR., o SR. Roberto Requião de Melo e Silva. Realiza sua saudação, faz uma breve fala sobre a história de vida de cada um e a relaciona a área de assistência social. Agradece o convite e oferece o seu apoio.

Finalizando a participação das autoridade, se pronuncia a Secretária Nacional de

Assistência Social, a Sra. Rosilene Rocha, representante do Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Patrus Ananias de Souza. Cumprimenta os componentes da mesa e coloca que o principal desafio é a integração dos usuários. Diz que esta conferência resgata o movimento histórico e trás para o centro da política pública quem sempre deveria estar: os usuários, segundo ela, são estes os atores mais importantes da conferência, pois são os únicos que podem dizer como e deve ser feito. Relata que o trabalho dos profissionais é ouvir e qualificar a implantação do SUAS. Ainda tece a respeito do tema da conferência, diz ser extremamente importante e conjuntural, uma vez que no próximo ano acontecerá a finalização das gestões e quem fica são os usuários e os benefícios conquistados. Diz que a luta deve ser para que se passem os governos e fiquem os programas de benefício. Na finalização concorda com o Senador Flavio Arns no que se refere a orçamentos e ressalta que outra prioridade deve ser a consolidação do SUAS e a integração de políticas públicas e dos programas sociais já existentes, com isso encerra sua fala.

Em seguida todos assistiram uma mensagem do Sr. Ministro Patrus Ananias, que teceu sobre a conquista dos direitos e a melhoria das políticas sociais em prol dos usuários. Tendo então, a finalização da solenidade de abertura da VIII Conferência Estadual de Assistência Social.

A Palestra Magna ocorreu na data de vinte e três de novembro do ano de dois mil e nove às treze horas e trinta minutos (conforme programação do evento). Teve como tema central “ Participação e Controle Social no SUAS” e como palestrante a Sra. Ana Maria Quiroga, ainda: Denise Fank como coordenadora, Lucia Turek como relatora e Esther Luiza de S. Lemos como moderadora.

A coordenadora da mesa Denise Fank saúda a plenária e a palestrante, dando a palestra como aberta. A Sra. Ana Maria Quiroga faz uso da palavra e saúda a todos presentes. Coloca que sua fala baseia-se nas experiências que teve dentro de sua área na cidade do Rio de Janeiro e que sendo assim serve como parâmetro comparativo para a realidade social do estado do Paraná.

Coloca que anteriormente quando se falava sobre o tema de “controle social” este era entendido sobre o controle do estado em relação a população, através de instrumentos coercitivos, como a polícia e outras formas de vigilância. Já hoje por meio da Constituição Federal de 1988, após todo o esforço do país no sentido de retomar a democracia, o controle social entra na constituição no sentido inverso, que é o da sociedade acompanhar o estado e expressar as suas necessidades, saíram então da constituição duas decisões: a 1ª foi a descentralização das políticas públicas que tem a função de trazer políticas para espaços de execução próximos a população e a 2ª

refere-se ao controle social no sentido inverso.

O controle social no SUAS atualmente trás a discussão de uma política descentralizada enquanto pública. Diz que a lógica da redemocratização tenta desmontar duas grandes tradições da realidade brasileira, a 1ª seria um passado recente de saída de um regime ditatorial e a 2ª o padrão de desenvolvimento capitalista 'pelo alto' ou 'de cima para baixo'. Então ao trazer as políticas para a proximidade da população e ao tentar instaurar canais que favorecessem a participação estava-se promovendo a radicalização do processo democratizador, o que isso implicava numa sociedade civil organizada e atuante e também na inversão do fluxo do controle social para com o estado.

Este tipo de perspectiva introduziu mudanças de paradigmas, ou seja, essas mudanças são processos que se caracterizam por uma dialética (passado e presente na construção do futuro). Porém, o fato da constituição determinar mudanças não significa que isso aconteça de fato na prática, pois o passado tenta voltar e se readequar a nova realidade.

Enfatiza que dentro da perspectiva desta dialética de passado, presente e futuro que se deve governar nossos olhares. Através da constituição o país viveu com vários formatos de mecanismos participativos com maior ou menor prazo de vigência, dependendo das gestões governamentais.

A palestrante menciona ainda neste sentido que a preocupação hoje é em relação a que determinados processos não sejam eliminados por mudanças de conjunturas e até governamentais.

Na caracterização do campo da assistência diz que esta área se apresentou como pioneira, pois foi uma das primeiras áreas na configuração de um Conselho Nacional fundado para a regulamentação da filantropia (CNAS), principalmente pelo fato de possuir um forte campo associativo privado. Ainda cita as três áreas que compõem a seguridade social: previdência, saúde e assistência, sendo a última a que possui maior presença do campo privado, sendo então a mais complexa, neste espaço cita como exemplo sua experiência de uma pesquisa realizada nas igrejas na cidade do Rio de Janeiro e as dificuldades para seguir uma regulamentação de assistência social, uma vez que estas instituições possuem como lógica a sua missão.

Outra caracterização do campo assistencial é a visão histórica do usuário enquanto carente e necessitado, conseqüentemente um público sem fala. E o último fator que caracteriza a área da assistência é a ideia da mesma ser facilmente acessada e seduzida por políticas de fisiologismo partidários, estas são as características do campo associativo da assistência social.

Em relação aos Conselhos e sua atuação: os Conselhos são uma experiência diferenciada de espaços públicos com força legal para interferir nas políticas públicas. A medida que tem que haver priorizações de políticas, finanças, programas, gera um aspecto facilitador para

um campo de disputas políticas em relação a estes processos. Os Conselhos são então, instâncias de diálogos e de acordos. Embora, a realidade concreta seja bem diferenciada. Neste espaço a palestrante trouxe como exemplo alguns dados coletados sobre o perfil dos conselheiros do Rio de Janeiro para apresentar à plenária e utilizar como diretriz comparativa.

Através dos dados colocados a palestrante cita suas conclusões a este respeito: sobre o potencial de participação interna dos Conselhos; o poder de mobilização e criticidade da área; ausência de representação dos usuários; espaços auxiliares de municipalização, da gestão pública e governamental; grande dimensão burocrática (o que gera o 'engessamento' dos processos);

Nas conclusões finais a palestrante tece sobre a rede e a sua relação com os usuários e menciona quanto: a fragilidade da atuação dos usuários nos espaços participativos e a nova consciência que esta sendo tomada em relação à participação dos usuários, tendo em vista o tema da Conferência totalmente voltado para esta questão e que embora esta relação com o usuário ainda seja frágil já esta sendo transformada.

Assim, a palestrante Ana Maria Quiroga conclui sua fala.

Na data de vinte e três de novembro do ano de 2009 às 15h (conforme programação do evento) realizou-se a Mesa Redonda com o tema “Avanços e Desafios na implantação do SUAS” sob a responsabilidade de Karoline Aires e Jucimeri Isolda Silveira.

No primeiro momento registra-se fala da Sra. Esther Luiza de S. Lemos, moderadora da Palestra Magna que menciona a respeito da importância da representação do Fórum Estadual de Assistência Social e suas respectivas conquistas enquanto espaço público. A moderadora agradece a fala da palestrante, bem como a reflexão que a mesma promove.

A abertura da mesa redonda é realizada pela Sra. Denise Fank que convida a compor a mesa a Sra. Karoline Aires (Assessora Técnica da Coordenação de Regulamentação do Departamento de Gestão do SUAS do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS), representante da Sra. Rosilene Rocha (Secretária Nacional de Assistência Social).

Apresenta em dados o SUAS e seus respectivos avanços e desafios no Estado do Paraná. Coloca inicialmente que a base do sistema SUAS é construída com a participação social (Estado democrático). Demonstra dados da proteção afiançadas pelo SUAS (proteção social básica). Fala sobre as metas propostas pelo Plano Decenal e cofinanciamento. Ainda como meta do Plano Decenal cita sobre as implantações de CRAS e CREAS. A meta seguinte se dá pela implantação e expansão do projeto “Adolescentes“, no sentido de universalizar as políticas voltadas para a juventude (entre 2008 e 2015). Fala especificamente sobre o reordenamento do piso básico de transição e sobre a implementação dos serviços específicos para crianças, idosos e famílias.

Ainda coloca que os avanços do SUAS são: a consolidação da assistência social como política pública; a organização dos serviços com base em territórios aproximando a proteção dos usuários da política e promovendo os espaços de participação; restabelecimento da regulação da hierarquia dos vínculos e responsabilidades quanto aos serviços e benefícios de assistência social. O SUAS altera a história da fragmentação programática entre as esferas do governo e das ações por categorias e segmentos sociais. Também coloca sobre os desafios que estão por vir, demonstra mais alguns dados através de um gráfico e assim conclui sua fala.

Posteriormente faz uso da palavra a Sra. Jucimeri Isolda Silveira (Coordenadora da política de assistência social no Estado do Paraná), cumprimenta a plenária e alguns participantes da mesa, bem como agradece pela ministração da palestra magna. Inicia dizendo sobre os avanços tímidos dos estados perante a necessidade e dimensão da política de assistência social e o espaço que a mesma ocupa hoje na proteção brasileira.

Diz que os avanços são tímidos devido aos inúmeros desafios e que é preciso reconhecer, a exemplo dos recursos, que não existe uma vinculação que estruture a rede, que inclusive é preciso discutir melhor o lugar que os estados ocupam no SUAS.

O SUAS é um pacto que estabelece regras de como se deve funcionar o sistema, por não ser uma lei, trabalha na lógica do incentivo e o grande incentivo é o financiamento. Fala que é o momento de se avaliar todas estas questões enquanto há tempo de interferir na construção do sistema único.

Entende que umas das principais funções dos Estados é o aprimoramento da gestão nas cidades e municípios que os serviços devem ser prestados, pois é neste espaço que a questão social expressa desigualdade. Então se a lógica é esta como capacitar os municípios para desempenhar esta função, apesar de se saber das difíceis realidades?!

No eixo do aprimoramento da gestão que é um dos eixos que estruturam a política pública o estado tem a função de supervisão técnica, de monitoramento, habilitação e de capacitação. Foi elaborado um plano estadual de habilitação e monitoramento através dos escritórios regionais e também de avaliação, com o objetivo de apresentar a importância dos escritórios aos municípios para que muitas vezes nos processos de decisões eles venham a chamar os atores que dificultam ou facilitam a implantação dos serviços na cidade.

Menciona que o estado do Paraná cumpriu a risca o SUAS no quesito de habilitação dos municípios, ou seja, antes de habilitar o município procurou saber se o mesmo tinha condição para tal. Entende-se que há necessidade de uma ação mais estratégica do estado para o município se habilitar e para os que já estão habilitados é preciso melhorar a condição de gestão, pois o grande indicador do SUAS é a habilitação e é também o que indica se esta se implementando e avançando nos serviços.

A ministradora ainda aponta alguns resultados neste eixo e o acompanhamento de todo este processo, coloca também que esta sendo elaborada uma instrução normativa de orientação aos municípios no que tange a este respeito.

Diz que há um mapeamento dos municípios no que se refere a estruturação dos mesmos. Também está sendo implantado um 'plano de providências' para que os municípios tenham tempo hábil para se adequar a habilitação e as suas respectivas exigências. Neste processo, estão sendo encontradas situações muito antigas e que estão sendo facilitadas com as visitas de orientação presente dos escritórios regionais.

Cita que foi instituído um sistema de informação no qual um técnico coloca as ações que foram geradas para acontecer o monitoramento. O monitoramento tem a função central para induzir a habilitação dos municípios, para que este possa ao se habilitar, estruturar sua capacidade gestora e melhorar a qualidade nos atendimentos, deste modo fortalecendo as instâncias do SUAS, uma vez que o Conselho participa ou deve participar deste processo.

Apresenta alguns dados e números de municípios habilitados que são resultados do monitoramento já mencionado. Fala sobre a aprovação de um projeto de lei que certifica as entidades beneficentes e se depara com dois desafios: qual será a inserção das entidades da assistência social e quem se vincula ou quem permanece na assistência social.

Segundo Jucimeri é preciso recuperar o debate do comando único da assistência social e recuperar a necessidade de ter uma presença forte da assistência em termos de sua estruturação no estado, bem como articular outros sistemas e outras políticas. É necessário evitar o paralelismo, uma vez que não se tem um comando único na estruturação institucional.

Coloca como desafio futuro estabelecer um fluxo com o poder judiciário que trata-se de uma luta da assistência social que até resultou no concurso público. Fala também sobre a necessidade da capacitação permanente que já está sendo articulado para que aconteça em conjunto com as universidades de modo regionalizado para que se preste serviço de qualidade para população.

Ainda diz que no eixo da prestação de serviços são muitos os desafios e a implantação do CRAS foi uma estratégia importante para implementação do sistema SUAS.

Para finalizar colocou alguns desafios a serem debatidos e alcançados: a aprovação e a instituição do SUAS no Paraná e demais regularizações no que concerne a este sistema; a autorização legal e o repasse do quadro próprio; o cofinanciamento do sistema de piso; a universalização da cobertura da assistência; discussão do pré-sal (uma luta que a Conferência precisa apontar que é a defesa do projeto de lei nº5891) e por fim, o controle social que é debate da regionalização do Conselho de assistência social dos estados. O Paraná precisa entrar na agenda e avançar a nível nacional, bem como, fortalecer as ações do Fórum Regional de Assistência Social -

FOREAS; adotar estratégias para maior protagonismo dos usuários e da participação popular; articular os conselhos de defesa de direitos e ampliar a agenda política de debates de outras ações, para que não tenhamos uma sociedade de assistidos e sim de protegidos socialmente.

Concluiu esclarecendo que estas contribuições são um balanço sincero em um espaço democrático da luta diária em defesa das políticas públicas no Paraná.

No dia 23 de novembro do ano de 2009 às dezesseis horas e trinta minutos, houve o início dos trabalhos nos grupos, os quais houveram debates acerca dos eixos para a deliberação de propostas de acordo com a sistematização das mesmas oriundas das Conferências Regionais de Assistência Social do corrente ano. No dia 24 de novembro de 2009 às quatorze horas, teve início a Plenária Final, após as correções pelos participantes envolvidos na Conferência, houve a aprovação dos textos propostos pelas Oficinas na Plenária final.

Grupo 1 – Eixo: Processo histórico da participação popular no país, trajetória e significado do controle social na política de assistência social e Conselhos de Assistência Social e o SUAS.

Instrutor (a): Lucia Cortes

Relatores – instrutores (a): Helena Navarro Gimenez

Conselheiro (a): CEAS da Sociedade Civil: José Cícero dos Santos

Conselheiro (a) CEAS Governamental: Solange Fernandes

Representante do FOREAS: Rodrigo Quadros Vieira

Relator (a) eleito (a) pelo grupo: Edinalva Severo

Coordenador (a) eleito (a) pelo grupo: Jolinda de Moraes Alves

Grupo 2 – Eixo: Os usuários e seu lugar político no SUAS e os trabalhadores do SUAS em relação ao protagonismo dos usuários.

Instrutor (a): Daraci Rosa

Relatores – Instrutores (a): Carla de Souza

Conselheiro (a) CEAS da Sociedade Civil: Edenilse de F. do N. Lima

Conselheiro CEAS Governamental: Jucimeri Isolda Silveira

Representante do FOREAS: Maria de Fátima Fiebig

Relator (a) eleito (a) pelo grupo:

Coordenador (a) eleito (a) pelo grupo:

Grupo 3 – Eixo: Democratização da gestão do SUAS e entidades de assistência social e o vínculo SUAS (participação MDS).

Instrutor (a): Karoline Aires

Relatores – Instrutores (a): Kelli Albanese

Conselheiro (a) CEAS da Sociedade Civil: Cristiane Meyer

Conselheiro CEAS Governamental: Ironi Anteaça

Representante do FOREAS: Neiva Silvana

Relator (a) eleito (a) pelo grupo: Rosalina Bergamo

Coordenador (a) eleito (a) pelo grupo: Maristela Ferrari Alcântara

Grupo 4 – Eixo: Bases para garantia do financiamento da assistência social.

Instrutor (a): Gisele Tavares – Prefeitura de Londrina

Relatores – Instrutores (a): Ana Paula Gonçalves

Conselheiro (a) CEAS da Sociedade Civil: Denise Fank

Conselheiro CEAS Governamental: Ana Paula Gonçalves

Representante do FOREAS: Aparecida Adão Romero

Relator (a) eleito (a) pelo grupo:

Coordenador (a) eleito (a) pelo grupo:

Em seguida ocorreu uma breve discussão, uma vez que algumas moções e abaixo-assinados não tiveram a quantidade necessária de assinaturas. E segundo o regimento estas não poderiam ser novamente submetidas a novas assinaturas. A plenária manifestou-se dizendo que não houve tempo hábil para a assinatura de todas as moções e decidiu-se fazer a aprovação por aclamação da plenária, para isso foram realizadas as leituras das moções, bem como dos abaixo-assinados. A mesa foi repostada para agradecer a participação e presença de todos e assim encerrar este evento.

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e nove se deu o encerramento da VIII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com a seguinte programação (completa):

09:00 h – Apresentação do projeto de Lei 3077/08 - “PL SUAS” com Márcia Lopes / Conselheira CEAS Governamental: Lúcia Turek;

09: 30 h - Apresentação do perfil dos usuários e do levantamento e identificação dos entraves que dificultam a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências / Representante do SETP: Solange Fernandes / Conselheira CEAS da Sociedade Civil: Roseli T. Gass;

10:30 h – Exposição das mobilizações que antecederam a realização das Conferências no Estado / Representante da SETP: Solange Fernandes / Conselheira CEAS da Sociedade Civil: Inês Rosely;

11:00 h – Referendo dos Conselheiros do CEAS para mandato 2010 à 2012 / Conselheira CEAS da Sociedade Civil: Denise Fank / Conselheira CEAS Governamental: Ironi V. de Camargo;

11:30 h – Referendo dos delegados para a VII Conferência Nacional de Assistência Social / Conselheira CEAS da Sociedade Civil: Denise Fank / Conselheira CEAS Governamental: Ironi V. de Camargo;

12 h – Almoço;

13:30 h – Apresentação Tribunal de Contas da União / Diretor Luiz Gustavo Gomes Andrioli;

14:00 h – Plenária Final / Conselheira CEAS da Sociedade Civil: Denise Fank / Conselheira CEAS Governamental: Jucimeri Isolda Silveira;

17:30 h - Encerramento e Lanche;

No primeiro momento temos um recorte do que foi o trabalho em Oficinas que aconteceu no dia vinte e três de novembro do ano de 2009. Onde cada instrutor ministra falas para o seu grupo com temas pré-determinados a fim de redigir propostas para a área da assistência social.

Posteriormente acontece a fala sobre a apresentação do projeto de Lei nº3077/08 - “PL SUAS” com a Sra. Denise Colin, Márcia Lopes e a Conselheira CEAS Governamental Lúcia Turek. É colocado que este Projeto de Lei propõe alterações na LOAS (de 1993) e tem o objetivo de incorporação ao SUAS.

A ministradora Lúcia Turek, cumprimenta a plenária e fala primeiramente sobre a construção de um movimento que domina a instituição do SUAS. Diz que desde o ano de 2003 lutam pela regulamentação do artigo da Constituição Federal trazendo para a esfera pública a efetivação de uma política que atenda a população em situação de vulnerabilidade. Menciona que desde a I Conferência isso está sendo construído e inscrito na história do país e que nesta Conferência irá se realizar uma moção de apoio e que demonstra para o conjunto dos representantes políticos que a população anseia que este sistema esteja legalizado e ganhe efetividade, de modo a

responder qualitativamente as demandas da nossa sociedade.

Cumprimenta a organização da Conferência pela criação da possibilidade de cobrança da implantação de todas as previsões da LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e da política nacional, em geral, a fim de que possam se concretizar na rede de serviço da assistência social e garantir protagonismo aos usuários. E por fim, cita artigos que serão defendidos na Conferência Nacional e que propõem a alteração da lei inicial (projeto de Lei 3077/08) a fim de aperfeiçoamento da mesma e repasse desta garantia aos usuários da rede.

Toma posse da palavra a Sra. Márcia Lopes e cumprimenta a todos e todas. Fala sobre a discussão da construção das diretrizes da assistência social: diz que no início de 2004 se começou a escrever a política nacional de assistência social e que o Brasil se integrou nesta atividade, sendo que a aprovação do texto aconteceu no final de 2004. Colocou que a LOAS é uma lei federal que fala de um sistema descentralizado e participativo, ou seja, a LOAS já fala do que hoje se designa o SUAS. Porém, que a discussão é sobre uma lei federal que permita a reformulação do que está na LOAS. Diz que a aprovação do texto do PL SUAS é fundamental, pois alia os interesses do documento da política nacional da assistência social, das diretrizes e também das deliberações da conferência. Ao concluir sua fala, a mesa abre o espaço para comentários e perguntas da plenária.

Após esta mesa aconteceu a apresentação do perfil dos usuários e do levantamento e identificação dos entraves que dificultam a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências com a Representante do SETP a Sra. Solange Fernandes e com a Conselheira CEAS da Sociedade Civil a Sra. Roseli T. Gass.

A Sra. Solange Fernandes saúda a todos seus companheiros e também a plenária. Utilizando o recurso de audiovisuais a ministradora cita dados sobre o perfil dos usuários e também fala sobre os aspectos que dificultam a participação dos mesmos em Conselhos e Conferências, baseada em sistematizações e em estudos de identificação oriunda das Conferências Regionais de Assistência Social.

Após, foi realizada uma breve fala sobre a exposição das mobilizações que antecederam a realização das Conferências no Estado (incorporada a mesa anterior) composta pela Representante da SETP a Sra. Solange Fernandes e a Conselheira do CEAS da Sociedade Civil a Sra. Inês Rosely.

Foi convidada a mesa a Sra. Denise Fank (Conselheira CEAS da Sociedade Civil) e a Sra. Ironi V. de Camargo (Coordenadora de Apoio à Gestão Municipal da SETP) para realizar o Referendo dos Conselheiros do CEAS para mandato 2010 à 2012.

A Conselheira fez a leitura de uma carta que foi construída pelo movimento da Frente Parlamentar em defesa da política de assistência social e denomina-se: “Carta Aberta em

Defesa do SUAS – PR.”

Também foi realizada a leitura de outra carta: Impugnação pelo Ministério Público em relação ao processo eleitoral do município de Curitiba-PR”, após fez a defesa a representante do Fórum de Curitiba.

Em seguida aconteceu o referendo dos Conselheiros do CEAS para mandato 2010 à 2012, sendo eles chamados por regional, em primeiro lugar o Conselheiro titular e após o suplente para conhecimento da Plenária e assinatura de ata.

Posteriormente a mesa foi reintegrada a fim de apresentar a plenária o Referendo dos delegados para a VII Conferência Nacional de Assistência Social sob a coordenação da Conselheira do CEAS da Sociedade Civil, Denise Fank e da Conselheira CEAS Governamental, Ironi V. de Camargo. Ressaltou-se a obrigatoriedade da presença dos eleitos.

Após o intervalo de almoço foi realizada a Apresentação do Tribunal de Contas da União pelo Diretor Luiz Gustavo Gomes Andrioli.

Em seguida, a mesa foi recomposta a fim de se realizar a Plenária Final sob a coordenação da Conselheira CEAS da Sociedade Civil: Denise Fank e da Conselheira CEAS Governamental: Jucimeri Isolda Silveira.

Foi colocado em apreciação as propostas feitas pelos grupos de trabalhos nas Oficinas, realizados no dia 23 de novembro no período da tarde. Explicita para a plenária o regimento interno que coordena a sistemática desta atividade e o modo de votação para a aprovação dos respectivos textos. Neste espaço a plenária além de votação também teve a oportunidade a fala para tecer comentários.

Após a conclusão desta atividade e final desta votação a mesa se recompôs e se deu o encerramento da VIII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.